



TRT DA 10ª REGIÃO  
 SGAN - QUADRA 916 - LOTE A2 - Bairro Asa Norte - CEP 70790-160 - Brasília - DF - www.trt10.jus.br  
 Complexo Administrativo da Fazendinha

## PLANO DE CURSO

<b>RETIFICAÇÃO DO PLANO DE CURSO SEEJUD 0996356 - ITEM HORÁRIOS E LOCAIS DE REALIZAÇÃO DE FORMAÇÃO DE GESTORES E FISCAIS DE CONTRATOS DE SERVIÇOS CONTÍNUOS COM A UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA</b>	
<b>OBJETIVO GERAL</b>	Munir os fiscais e gestores de contratos de serviços contínuos com a utilização de mão de obra residente/dedicada/ou acompanhamento das obrigações contratuais e trabalhistas a cargo do prestador de serviços contratado, eliminando por responsabilização subsidiária do TRT da 10ª Região, nos moldes preconizados pela Súmula 331/TST.
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	<p>Após a realização do curso, os participantes deverão ser capazes de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar os tipos de contratações efetivadas pela Administração Pública;</li> <li>• Conhecer as fases do Processo de Contratação, de acordo com a IN nº 5/2017;</li> <li>• Compreender os tipos de fiscalização contratual, bem como os procedimentos fiscalizatórios;</li> <li>• Assimilar a importância do seu papel enquanto fiscal de contrato de serviço contínuo de mão de obra residente, principal subsidiária da Administração pública pelo inadimplemento de verbas trabalhistas e previdenciárias por parte da empresa contratada;</li> <li>• Identificar a Planilha de Custos e Formação de Preços como instrumento de fiscalização do cumprimento dos encargos responsabilidades trabalhistas e previdenciárias por parte da empresa prestadora do serviço contratada;</li> <li>• Entender a planilha de Custos como elemento essencial para o subsídio das análises dos pedidos e repactuação de preços;</li> <li>• Compreender a gestão da conta-depósito vinculada, bem como sua relação com a fiscalização contratual; e</li> <li>• Conhecer o fluxo operacional-processual interno da conta vinculada (objeto de regulamentação interna disposta no Pro</li> </ul>
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	<p><b><u>Módulo 01 - Contextualização e alinhamento teórico-prático sobre a fiscalização contratual na Administração Pública</u></b></p> <p><b>1. Apresentação do modelo de contrato utilizado pelo TRT10.</b></p> <p><b>2. Planejamento do contrato – Ônus da fiscalização para a prevenção da responsabilidade – Agentes envolvidos na fiscalização</b></p> <p>2.1. Relação entre planejamento, fiscalização e sucesso do contrato</p> <p>2.2. Procedimento para nomeação, perfil e qualificação dos agentes envolvidos na fiscalização do contrato – Novidades da I</p> <p>2.2.1. Atuação do ordenador de despesas e da assessoria jurídica</p> <p>2.2.2. Equipe de fiscalização</p> <p>2.2.3. Atribuições do preposto e do encarregado/supervisor da contratada</p> <p>2.2.4. Controles, documentação e catalogação de históricos dos contratos</p> <p><b>3. Fiscalizações técnica e administrativa e a gestão</b></p> <p>3.1. Garantia contratual</p> <p>3.1.1. Pagamentos que devem ser assegurados pela garantia</p> <p>3.1.2. Hipóteses de execução da garantia</p> <p>3.1.3. Passo a passo do procedimento para a execução do seguro-garantia de acordo com as normas da SUSEP</p> <p>3.1.4. Extinção e liberação da garantia</p> <p><b>4. Fiscalização mensal</b></p> <p>4.1. Atribuições dos fiscais técnico e administrativo e do gestor</p> <p>4.2. IMR (Instrumento de medição e pagamento)</p> <p>4.3. Glosa e retenção de pagamento Quando reter e quando glosar?</p> <p>4.4. Retenção de pagamento e a tratativa da Portaria nº 409/2016-Comunicação aos órgãos responsáveis</p> <p>4.5. Não pagamento das obrigações sociais, previdenciárias e trabalhistas pela empresa e a Portaria nº 409/2016- Comunicação</p> <p>4.6. Pagamento direto aos empregados</p> <p>4.7. Rescisão do contrato e aplicação de penalidades</p> <p>4.8. Antes do pagamento da fatura Retenção previdenciária</p> <p>4.9. Consulta ao SICAF e certidões</p> <p><b>5. Fiscalização anual – Prorrogação do prazo de vigência – Revisão, repactuação e reajuste</b></p> <p>5.1. Avaliação da vantajosidade econômica da contratação – Dispensa da pesquisa de preço</p> <p>5.2. Redução ou eliminação de custos não renováveis – Orientações do TCU e da Nota Técnica nº 652/2017 do Ministério d</p> <p>5.3. Reajuste por índice dos insumos e materiais</p> <p>5.4. Repactuação e reajuste – Processamento e prazo</p> <p>5.5. Perda do direito à repactuação – Preclusão</p> <p>5.6. Repactuação e novos direitos concedidos por meio de convenção, acordo ou dissídio coletivo</p> <p><b>6. Fiscalização Administrativa</b></p> <p>6.1. Fiscalização inicial Elaboração de planilha-resumo</p> <p>6.2. Fiscalização da CTPS e dos contratos de trabalho</p> <p>6.3. Verificação dos pisos mínimos de salário</p>

- 6.4. Averiguação das obrigações adicionais constantes na convenção coletiva de trabalho
- 6.5. Identificação da existência de insalubridade, periculosidade e necessidade de utilização do equipamento de proteção ind
- 6.6. Checagem de reserva de cargos para pessoa com deficiência
- 6.7. Condutas a serem evitadas nas negociações com os trabalhadores da contratada
- 6.8. Verificação dos empregados, suas funções e o cumprimento da jornada
- 6.9. Fiscalização procedimental e acompanhamento salarial
- 6.10. Concessões de férias e licenças
- 6.11. Fiscalização por amostragem
- 6.11.1. Solicitações direcionadas aos empregados e à empresa contratada

**Módulo 02 - A Planilha de Custos e Formação de Preços (16 horas - 07 e 08/11/2018):**

1. Conhecimentos Trabalhistas e previdenciários fundamentais à fiscalização
2. Apresentação da Planilha de Custos
  - 2.1. Caso Prático 1 - Enquadramento Sindical
    - 2.1.1. Princípio da Territorialidade
    - 2.1.2. Súmula 374 do TST
  - 2.2. Caso Prático 2 - Composição da Remuneração
    - 2.2.1. Jornada de Trabalho
    - 2.2.2. Periculosidade
    - 2.2.3. Adicional Noturno
    - 2.2.4. Comentários sobre o Reflexo no Repouso Semanal Remunerado
  - 2.3. Caso Prático 3 - Horas Extras e Diárias
    - 2.3.1. Visão IN 05/2017
    - 2.3.2. Acórdão 1965/2017
  - 2.4. Caso Prático 4 - Aviso Prévio
    - 2.4.1. Conceito, Objetivo e Aplicação na Quebra do Contrato de Trabalho
    - 2.4.2. Tipos de Aviso-Prévio - Trabalhado ou Indenizado
    - 2.4.3. Proporcionalidade do Aviso-Prévio
    - 2.4.4. Aviso-Prévio Indenizado
    - 2.4.5. Aviso-Prévio Trabalhado
    - 2.4.6. Multa do FGTS e Contribuição Social
  - 2.5. Caso Prático 5 - Custos não Renováveis
    - 2.5.1. Definição de Custos não Renováveis já Pagos ou Amortizados
    - 2.5.2. Avisos-Prévios Trabalhados e Indenizado X Custo não Renovável - Entendimento do TCU e do Ministério do Planeja
    - 2.5.3. Racional do APT
    - 2.5.4. E o API – Aviso-prévio Indenizado?
    - 2.5.5. Nota Técnica do Ministério do Planejamento
    - 2.5.6. Repercussões das Regras da LEI Nº 12.506/2011
  - 2.6. Caso Prático 6 - Custos dos Equipamentos
    - 2.6.1. IN RFB nº 1700/2017
  - 2.7. Caso Prático 7 – Produtividade
    - 2.7.1. IN Nº 05/2017 e a Alteração de Paradigma
    - 2.7.2. Polêmica: ANEXO VII-A, 6.2, "D" Versus 7.3
  - 2.8. Caso Prático 8 - Repactuação e Reajuste
    - 2.8.1. Recomposição dos Preços dos Contratos
    - 2.8.2. Repactuação na IN Nº 05/2017
    - 2.8.3. Contagem do Prazo para a 2ª Repactuação
    - 2.8.4. Preclusão do Direito à Repactuação
  - 2.9. Caso Prático 9 - Encargos Tributários
    - 2.9.1. Lucro Real
    - 2.9.2. Lucro Presumido

**Módulo 03 - Gestão da Conta-Depósito Vinculada na prática (exercícios e estudos de casos) - Anexo XII da IN nº 5/2017**

1. Contextualização (origem, finalidade e legislação – IN nº 5/2017 e Resoluções do CNJ nºs 169 e 183 de 2013).
2. Os reflexos da implementação do instituto da conta vinculada na fiscalização dos contratos de serviços contínuos com mãe de obra residente:
  - 2.1. Regras e Procedimentos para a abertura da conta vinculada
  - 2.2. Edital - Adaptações necessárias para a cobrança de conta vinculada
  - 2.3. Termo de Cooperação Técnica
  - 2.4. Contrato Administrativo



E DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO	Após o início do Curso, o pedido de desistência deverá ser elaborado por escrito e encaminhado ao <i>e-mail</i> <b>escola.judicial@</b> fizerem necessárias, se for o caso, para análise e deliberação da Direção da Escola Judicial.
INVESTIMENTO	A despesa referente à contratação do profissional de ensino para a realização deste Evento será empenhada com recursos orç O custo da contratação totalizou R\$ 13.084,64, gerando o custo por participante no valor de R\$ 436,15 não havendo outras c
BIBLIOTECA	A Biblioteca Fernando Américo Veiga Damasceno dispõe de um acervo de cerca de 7.000 livros e periódicos. As obras ao Direito do Trabalho. Conta também com obras de áreas do conhecimento correlatas, como filosofia, sociologia, português, administração, dentre As obras da editora LTr podem ser acessadas por servidores e magistrados na biblioteca LTr digital, por meio do endereço el Artigos e livros eletrônicos podem ser selecionados pela equipe de bibliotecários a partir de bases de dados jurídicas de legis
INFORMAÇÕES GERAIS:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Servidores: <ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Nos termos do art. 9º, <i>caput</i>, da Resolução CSJT n.º 159, de 27 de novembro de 2015, "A <u>frequência em ev</u> como <u>hora trabalhada</u>."</li> <li>◦ Servidores - Este Curso será válido para fins de adicional de qualificação.</li> </ul> </li> </ul>



Documento assinado eletronicamente por **SHIRLEY AYRES OLIVEIRA, Analista Judiciário**, em 30/10/2018, às 10:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trt10.jus.br/validadorsei.htm> informando o código verificador **1030988** e o código CRC **22B4CCA9**.